Compreensão e utilização da informação contábil pelos micro e pequenos empreendedores em seu processo de gestão

doi: 10.4025/enfoque.v33i3.21069

Sonia Raifur Kos
Mestre em Contabilidade – UFPR
Doutoranda em Contabilidade – UFPR
Universidade Estadual do Centro – Oeste – UNICENTRO
Aluna do Programa de Pós-graduação em Contabilidade da UFPR
soniarkos@yahoo.com.br

Marcia Maria dos Santos Bortolocci Espejo
Doutora em Contabilidade – USP
Universidade Federal do Paraná - UFPR
Professora do Programa de Pós-graduação em Contabilidade da UFPR;
marciabortolocci@ufpr.br

Léo Raifur
Doutor em Administração – USP
Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro
Professor do Programa de Pós-graduação em Administração – Unicentro
raifur@yahoo.com.br

Raquel Prediger Anjos
Mestre em Contabilidade – UFPR
Faculdades Integradas Três Lagoas – AEMS
Egressa do Programa de Pós-graduação em Contabilidade da UFPR
raquelprediger@gmail.com

Recebido em: 03.06.2013 Aceito em: 16.10.2014 2ª versão aceita em: 27.10.2014

RESUMO

Dados do SEBRAE (2014) destacam que as micro e pequenas empresas – MPEs respondem por cerca de 91% dos empregos e 27% do Produto Interno Bruto. No entanto, apesar da importância das MPEs, nota-se um interesse ainda pequeno no sentido de conhecer, analisar e propor alternativas para esse segmento empresarial. O presente estudo objetiva verificar se os gestores das MPEs recebem, compreendem e utilizam informações contábeis em seu processo de gestão. Três construtos foram investigados, (1) compreensão da informação; (2) utilização da informação e (3) recebimento da informação e relacionamento entre gestor e contador. A amostra foi constituída por 50 empresas da região centro-oeste do Estado do Paraná. A coleta de dados foi realizada pessoalmente, por meio de questionário com questões abertas e fechadas com escala *Likert*. Os resultados mostram que os gestores recebem parte das informações, não as compreendem, porém as usam como subsídio em seu processo decisório, dentro do limite de sua compreensão. Ainda se observou que o nível de formação do gestor interfere na compreensibilidade da informação. Com $\alpha < 0,01$ foi demonstrado que o grau de instrução do gestor é determinante na compreensão da informação, já que existe diferença entre o escore médio de cada grupo.

Palavras chave: Micro e Pequenas Empresas. Informação. Compreensibilidade. Utilização. Relacionamento.

Comprehension and use of accounting information by small entrepreneurs in management process

ABSTRACT

SEBRAE data (2014) emphasize that the Micro and Small Enterprises – MSEs respond for about 91% of jobs and 27% of Gross Domestic Product. However, despite the importance of MSEs, there is a small interest still in order to know, analyze and propose alternatives to this business segment. The present study aims to verify if the managers of MSEs receive, understand and use accounting information in management process. Three constructs were investigated (1) understanding of information, (2) use of information and (3) receipt of information and the relationship between manager and accountant. The sample consisted of 50 companies in the Midwest of the State of Paraná. Data collection was conducted in person, through a questionnaire with open and closed questions with Likert

scale. The results show that managers receive the information, do not understand them, but use them as an aid in your decision making process, within the limits of their understanding. Also observed that the level of schooling of the manager interferes with comprehensibility of information. With α <0.01 was shown that the education level of the manager is crucial in understanding the information, since there is a difference between the mean score of each group.

Keywords: Micro and Small enterprises. Accounting Information. Comprehensibility. Use. Relationship.

1 INTRODUÇÃO

Diversos autores debatem os objetivos e os enfoques de utilização das informações contábeis. Favero *et al*. (2011) afirmam que a contabilidade busca atender os anseios da sociedade no sentido de gerar informações para o controle e tomada de decisões. Também afirmam que boa parte das informações geradas tem como principal usuário o Governo, pois atende basicamente as exigências fiscais. Já os gestores, em especial das micro e pequenas empresas, que deveriam ser os principais usuários das informações contábeis, com fins de decisão, encontram dificuldades na sua compreensibilidade, fato que, segundo Hendriksen & Van Breda (2007), poderia ser resolvido com informações diferenciadas para usuários menos sofisticados.

Apesar de sofrer modificações nos últimos anos, a Contabilidade no Brasil não possui demonstrações diferenciadas aos usuários. A divulgação da informação contábil, conforme a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CPC 00, 2011), deve atender as necessidades de seus usuários, apresentando a informação com clareza e concisão, torna-a compreensível. Mesmo que não possam ser facilmente compreendidos, os relatórios contábil-financeiros são elaborados para usuários que têm conhecimento razoável de negócios e de atividades econômicas. (IUDICIBUS, 2010). Ribeiro Filho, Lopes e Pederneiras (2009) ainda esclarecem que depende do usuário a disposição de estudas as informações com razoável diligência.

Hendriksen e Van Breda (2007) observam que a linguagem contábil é descrita em um contexto semântico, sintático e pragmático. A compreensibilidade da informação contábil tem grande dependência da linguagem pragmática, sobretudo à medida que a sofisticação do usuário decai. Muitos termos contábeis ficam limitados à linguagem semântico-sintática.

A principal dificuldade das informações contábeis, no processo de contabilização e divulgação, é a de que certos termos contábeis, tais como lucro líquido e receita, e mensurações tais como custo histórico e depreciação, não são compreendidas pelos usuários das informações com o mesmo significado interpretacional no que se refere a fenômenos do mundo real. Tais termos são oriundos da ciência contábil, e embora seja possível utilizá-los para prever situações do mundo real, as evidências não apóiam a validade da idéia de fazer da estrutura da contabilidade seu objetivo básico, que é gerar informações aos diversos tipos de usuários (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2007).

Partindo do pressuposto de que o objetivo principal da contabilidade é fornecer informações úteis para tomada de decisões (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2007) e de que os gestores, em específico das micro e pequenas empresas, podem configurar-se em usuários com baixa sofisticação e/ou com dificuldades para requerer, analisar e interpretar as informações contábeis, a presente pesquisa constitui e parte da seguinte questão de pesquisa: **Os gestores das MPEs recebem, compreendem e utilizam a informação contábil em seu processo de gestão?**

Com o intuito de solucionar o problema apresentado, objetivou-se verificar se os gestores de MPEs da região centro-oeste do

Estado do Paraná recebem, compreendem e utilizam informações contábeis em seu processo de gestão. Para tanto, os seguintes passos foram seguidos: (a) Analise da compreensão da informação contábil por parte dos gestores das micro e pequenas empresas; (b) Constatação se as informações econômico-financeiras são utilizadas no processo de gestão; (c) Verificação do recebimento da informações da contabilidade pelas micro e pequenas empresas; (d) Avaliação da relação entre contador e empreendedor.

Segundo a pesquisa divulgada pelo SEBRAE (2014) aponta para a importância, cada vez maior dos pequenos empreendimentos no Brasil. As Micro e pequenas empresas representam 99% de todas as empresas do país (GEM, 2013). Respondem atualmente por cerca de 91% dos empregos, gerando 6,7 milhões de empregos com arteira assinada de 2002 a 2012, também colaboram com 27% do Produto Interno Bruto (SEBRAE, 2014).

De maneira geral, as micro e pequenas empresas oferecem significativa contribuição na geração global do produto nacional e têm alta absorção de mão-de-obra a baixo custo. Adicionalmente, complementam os empreendimentos de grande porte, incrementando sua participação estratégica no comércio exterior, por meio da diversificação na pauta de exportações, o que torna a economia menos suscetível às variações que ocorrem na conjuntura comercial mundial, capaz de gerar uma classe empresarial genuinamente nacional (LAKATOS, 1997).

No entanto, apesar da importância que as micro e pequenas empresas, nota-se um interesse ainda pequeno no sentido de conhecer, analisar e propor alternativas para esse segmento empresarial. Supostamente, duas das razões para que esse esforço se intensifique são a importância econômico-social da pequena empresa e a crescente evidência dos problemas e dificuldades comuns a essas organizações, os quais são responsáveis pelo seu elevado índice de mortalidade (FIGUEIREDO; MARTINELLI, 2002; SILVA; PEREIRA, 2004). Santos, Alves e Almeida (2007) afirmam que muito tem sido dito e escrito sobre particularidades da administração estratégica em micro e pequenas empresas, mas muito pouco tem sido feito em relação a trabalhos empíricos de cunho quantitativo, quando comparado ao volume de investigações voltadas a grandes empresas.

Segundo o Relatório Global sobre Empreendedorismo (GEM, 2013), o Brasil caracteriza-se como um dos países mais empreendedores do mundo. Entre as condições que impactam o desenvolvimento de atividades empreendedoras no Brasil, a dinâmica do mercado interno, a infraestrutura física e as normas sociais e culturais continuam sendo as mais relevantes. Contudo ainda percebe-se escassez de estudos acerca das micro e pequenas empresas, o que se contrapõe aos periódicos internacionais, nos quais é possível encontrar várias publicações nesta área, pois 9 a cada 10 empresas européias são microempresas, com menos de 10 funcionários (EUROPEAN COMMISSION, 2010).

A escrituração contábil é obrigatória pelo Código Civil e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (CPC PME, 2008), independente de seu porte ou natureza jurídica e precisam manter o registro integral das informações econômico-financeiras, podendo assim controlar seu patrimônio e gerenciar adequadamente seus negócios. Entretanto, pesquisas desenvolvidas sobre o uso, compreensão e importância da contabilidade para a gestão das micro e pequenas empresas, concluem em grande parte que os gestores têm dificuldades em compreender e, consequentemente, utilizar a informação contábil para a tomada de decisão (DIAS FILHO; NAKAGAWA, 2001).

A estrutura do presente trabalho é composta por cinco partes: a primeira visa apresentar a introdução, contendo o problema e os objetivos dessa pesquisa, em segundo lugar será apresentada a plataforma teórica deste estudo. Em um terceiro momento é mencionada a metodologia utilizada no presente estudo. Como quarto item, serão apresentados os resultados e sua análise, e, por fim, descrevem-se as considerações finais.

2 MARCO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

O referencial teórico aborda literatura que trata das Micro e Pequenas Empresas, especialmente no tangente à sua classificação, informações contábeis com ênfase à necessidade e importância da contabilidade como produtora da informação, e níveis pragmático, semântico e sintático da informação contábil, que contempla de que forma a informação pode ser entendida e interpretada pelo usuário.

2.1 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – MPEs

As micro e pequenas empresas são responsáveis pela sustentação da economia brasileira, pois além de responder por grande parte da geração de empregos, representam um grande número de estabelecimentos no Brasil. Conforme a pesquisa encomendada pelo SEBRAE (2014), As MPEs já respondem por 27% do Produto Interno Bruto (PIB), que constitui um quarto deste. Sua produção quadruplicou em dez anos, em 2001 elas geravam R$ 144 bilhões e passaram para R$ 599 bilhões, em 2011. Empregam atualmente 52% da mão de obra formal do país, que corresponde a 40% da massa salarial brasileira. Em setembro de 2014, os pequenos negócios responderam por 91% do total de empregos gerados no país, formais e informais.

O desenvolvimento e fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas tem sido prioridade para muitos países, e órgão institucionais tem sido criados para enfatizar a importância do papel dos pequenos negócios na atividade econômica, incluindo países da União Européia, o Canadá, Estados Unidos. Não há critério único para a classificação de uma entidade como micro ou pequena empresa, por exemplo, os requisitos variam entre vendas anuais, a receita bruta ou líquida, o tamanho de bens ou de número de empregados.

No Brasil, o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas, lei complementar 123, de 13/12/2006 apresenta uma metodologia, enquanto que as instituições financeiras oficiais e outros órgãos fiscalizadores estabelecem outros critérios, conforme Quadro 1.

	Critério de enquadramento	**Valor da Receita**	**Número de empregados**
Receita Federal	Microempresa Empresa de pequeno porte	Receita bruta anual de até 360.000,00 Receita bruta anual entre 360.000,01 e 3.600.000,00.	
BNDES	Microempresa Empresa de Pequeno Porte	Até 400 mil dólares Entre 400 mil dólares a 3,5 milhões de dólares.	
RAIS MTE	Microempresa Empresa de Pequeno Porte		De 0 a 19 empregados De 20 a 99 empregados

Quadro 1 - Critérios de enquadramento das Micro e pequenas empresas.
Fonte: Elaborado pelos autores com base na Lei complementar 139/2011, art 3o, BNDES e RAIS/MTE.

Os critérios mais utilizados em pesquisas científicas e instituições são os aspectos quantitativos, aqueles que utilizam o faturamento ou o número de funcionários, pois os qualitativos apresentam grandes dificuldades de mensuração (SILVA, *apud* ALMEIDA, 2008, p. 56). Segundo dados da pesquisa GEM (2013) o Brasil está em oitavo lugar no ranking de empreendedores que iniciaram novos negócios a menos de 42 meses. A cada 100 brasileiros, 17 estão envolvidos em atividades empreendedoras.

Os resultados do incentivo ao empreendedorismo no país podem ser

percebidos pelo aumento de 35% nos últimos sete anos no PIB brasileiro, e também nos resultados da pesquisa GEM (2013) que revelam 71,3% de empreendedores que abriram seus negócios em 2013 por perceber uma oportunidade de negócio. Os empreendimentos impulsionados pela necessidade de sobrevivência, muitas vezes sem a devida experiência no ramo, utilizando-se de economias, empréstimos bancários ou familiares possui poucas chances de desenvolver-se (MENDES, 2005). Já o empreendedorismo por oportunidade é mais benéfico para a economia dos países, tem maiores chances de sobrevivência e de sucesso (GEM, 2010).

2.2 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

A informação ocupa lugar de destaque em qualquer segmento, porte empresarial, bem como em qualquer função gerencial ou operacional. Sistemas são utilizados de maneira intensiva, com grandes capacidades e uma freqüente troca de dados em tempo muito curto. Se a empresa não utiliza esses dados de forma bem trabalhada, não gerará informação oportuna pois os dados, conforme Stair (1998, p. 4) "são os fatos de forma primária, como por exemplo número de peças do estoque, ou pedidos de venda. Já a informação é um conjunto de fatos organizados de tal forma que adquirem valor adicional além do valor do fato em si".

Uma qualidade essencial para as informações contábeis tornarem-se úteis aos gestores é que sejam entendidas pelos usuários, gerando comunicação entre o emissor e o receptor destas, de forma que as decisões possam ser tomadas com eficiência (RIBEIRO FILHO; LOPES; PEDERNEIRAS, 2009). De acordo com *Financial Accounting Standards Board* – FASB, citado por Hendriksen e Van Breda (2007, p. 93) "a divulgação financeira deve fornecer informações que sejam úteis para investidores e credores [...] bem como para outros usuários que visem a tomada racional de decisões".

Resnik (1990, p. 5) indica dez condições decisivas para o sucesso e sobrevivência da pequena empresa. Entre elas está que a empresa deve "manter os registros e controles contábeis". Com base nas informações, por elas geradas, o gestor analisa as potencialidades de expansão para o negócio, segundo Penrose (2006). Uma eficiente gestão empresarial necessita de uma série de informações, um conjunto completo de relatórios que irão auxiliar em todos os níveis do processo decisório (rotina, planejamento global, estratégico, operacional etc). Essas informações serão construídas mediante a integração de diversos subsistemas, que recebem dados de vários setores da empresa, inclusive, da contabilidade. (MAGALHÃES; LUNKES, 2000).

Partindo do pressuposto de que a contabilidade tem como objetivo gerar informações aos seus usuários, dentro e fora da empresa, a contabilidade gerencial visa subsidiar seus gestores de forma a orientá-los na melhor escolha, diante de um processo decisório. Soutes (2006) relata que, com o desenvolvimento da economia, grandes empreendimentos surgiram. Essas instituições possuíam atividades operacionais cada vez mais complexas, nas quais os sistemas tradicionais de contabilidade de custos já não eram mais suficientes, gerando a necessidade de inovações no sistema de informações. Essa evolução deu origem a novos artefatos gerenciais.

A respeito da contribuição da informação gerencial contábil para as empresas, Silva (2002), comenta que avaliar o papel da informação gerencial nas empresas pode ser importante, visto que medidas de custo, lucratividade dos produtos, serviços e clientes são obtidas mediante o sistema de contabilidade gerencial. Por meio desse sistema também é possível oferecer meios para que operadores, gerentes e executivos possam receber um *feedback* sobre o desempenho deles próprios e da empresa como um todo.

Hendriksen e Van Breda (2007, p. 94) mencionam que:

> Cada um dos grupos de usuários poderia ter objetivos muito diversos, para fins de divulgação financeira. Por exemplo, frequentemente, há divergência entre administradores e auditores quanto à percepção dos

> objetivos apropriados para a contabilidade [...] sabe-se que os administradores de empresas menores, juntamente com seus auditores, sentem que o processo de fixação de padrões é viesado na direção dos objetivos de empresas de maior porte.

De acordo com Raifur et al. (2008), a partir do momento que vários tipos de usuários com necessidades individuais e especificas podem ser atendidos por um conjunto de informações adaptadas de acordo com essas necessidades tem-se que a contabilidade está atingindo seus objetivos. Os autores ainda acrescentam que, de acordo com o FASB, os investidores, acionistas e credores são os principais usuários da contabilidade, os quais buscam informações sobre tomada de decisões sobre investimentos, concessões de crédito e outras do gênero. Daí surgiram críticas que dessa forma, a contabilidade poderia estar produzindo informações para usuários mais sofisticados e com alto grau de compreensão. Em uma visão mais abrangente fundamenta-se que as discussões surgidas estão diretamente relacionadas aos três níveis que focalizam a teoria da contabilidade: o sintático, semântico e pragmático, que serão abordados na seção seguinte.

2.3 NÍVEL SINTÁTICO, SEMÂNTICO E PRAGMÁTICO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Dois dos ramos mais importantes da linguística tratam diretamente das palavras: a **etimologia**, que é o estudo da origem das palavras, e a **semântica,** que é o estudo do significado das palavras. A semiótica distingue três planos de investigação dos termos lingüísticos: a análise semântica, a sintática e a pragmática. Na análise semântica, o campo de estudo é o vínculo do signo com a realidade que representa, onde o objetivo da pesquisa é procurar destacar dentre diversos possíveis, o significado correto dos termos, distinguindo e eliminando os demais que a eles se encontram associados. A análise sintática separa os elementos que compõem uma sentença, examinando sua estrutura, desmembrando período em orações, e estas nos seus termos essenciais, principais e acessórios. Sob o aspecto sintático, observam-se os símbolos lingüísticos formalmente considerados, quer em si mesmos, ou nas relações entre si. Na análise pragmática investiga-se a relação existente entre os sinais com as pessoas que se utilizam desses sinais. É a relação entre a pessoa que fala e o que ela está falando. É, na verdade, o próprio uso da linguagem (PERIN JUNIOR, 2000).

A teoria contábil pode ser apresentada ao usuário da informação nesses três níveis. O nível sintático é o estudo da lógica ou gramática da linguagem; o semântico está relacionado com o estudo do significado da linguagem e o nível pragmático está relacionado com o estudo do efeito da linguagem. A conjunção e a inter-relação destes níveis é que geram uma das qualidades essenciais da informação contábil: a compreensibilidade. Na discussão da contabilidade como linguagem informacional, Hendriksen e Van Breda (2007) apontam três questões que devem ser respondidas: a) Qual é a *compreensão* das palavras pelos usuários? b) Que *significado* tem essas palavras? c) As palavras fazem sentido *lógico*? Ao se responder às questões acima, está se fazendo o uso do efeito, significado e gramática da linguagem. Embora quase toda a pesquisa atual em contabilidade tenha orientação pragmática, a linguagem semântica e sintática também é considerada importante. A semântica é relevante porque a informação possui conteúdo econômico ou físico reconhecido tanto pelos produtores como pelos usuários da informação e o sintático tem sua importância porque idealmente, um dado financeiro está logicamente ligado com outro (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2007).

O presente estudo tem como objetivo identificar a compreensibilidade da informação por parte dos gestores das micro e pequenas empresas. Fundamentado na discussão apresentada por Hendriksen e Van Breda (2007), quando mencionam a dificuldade de entender diversas terminologias utilizadas pela contabilidade, essa pesquisa verifica se os gestores das MPEs entendem os relatórios econômico-financeiros, produzidos pela contabilidade. Segundo eles, a linguagem contábil é descrita em um contexto semântico, sintático e pragmático. A

compreensibilidade da informação contábil tem grande dependência da linguagem pragmática, sobretudo à medida que a sofisticação do usuário decai. À luz dessas considerações, muitos termos contábeis ficam limitados à linguagem semântico-sintática.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPOLOGIA E DADOS GERAIS DA PESQUISA

A pesquisa é caracterizada como *ex post facto*, em ambiente de campo, com dados primários coletados por instrumento de interrogação/comunicação, por meio de levantamento ou *survey*. Sob a ótica dos objetivos, trata-se de um estudo descritivo com escopo estatístico. Do ponto de vista da dimensão de tempo o recorte é transversal (COOPER; SCHINDLER, 2003).

Os dados foram coletados por meio de questionário estruturado e impresso, aplicados aos micro e pequenos empreendedores. As questões foram elaboradas utilizando-se questões abertas e do tipo *Likert* de cinco pontos, de forma proporcionar os tratamentos estatísticos necessários para os testes das hipóteses. O universo da pesquisa é formado pelas micros e pequenas empresas da região centro-oeste do Estado do Paraná. A amostra aleatória foi formada por 50 MPEs.

3.2 DEFINIÇÃO DE CONSTRUTOS E HIPÓTESES

A pesquisa possui três construtos a serem analisados: compreensão da informação, utilização da informação e relacionamento com os geradores da informação.

Construto 1 – Compreensão da informação: Foi investigado o nível de compreensão do gestor da empresa sobre termos comuns constantes dos relatórios contábeis. Para tanto o gestor foi submetido a questões abertas sobre Lucro Contábil, Balanço Patrimonial, Receita Contábil, Despesa Contábil e Custo. Em seguida as respostas passaram por uma análise de conteúdo e receberam notas de 1 a 5, sendo que 1 representa total compreensão do termo contábil e 5 nenhuma compreensão.

Construto 2 – Utilização da Informação: Foi verificado se o gestor utiliza informações da contabilidade em seu processo de gestão. Foram empregadas questões em escala *Likert* que envolveram perguntas relacionadas com decisões de investimento, compras, custos, formação de preços e indicadores econômico-financeiros.

Construto 3 – Relacionamento com a Contabilidade: O objetivo foi verificar como o gestor se relaciona com o contador da empresa. Nessa etapa foram aplicadas questões com escala *Likert* com a finalidade de verificar a periodicidade, necessidade, clareza, qualidade e confiabilidade da informação recebida.

Os construtos culminaram com as seguintes hipóteses:

H_1: Os gestores das MPEs compreendem a informação contábil.

H_2: Os gestores das MPEs utilizam a informação contábil nas tomadas de decisão.

H_3: Os gestores das MPEs recebem informações e assistência da contabilidade.

3.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

Cada uma das hipóteses foi testada a partir de um conjunto de questões, que foram elaboradas procurando retratar o seu contexto. As questões desse conjunto foram testadas entre si, e foram mantidas aquelas que apresentaram consistência intrínseca medida pelo Alpha de Cronbach ($\alpha \geq 0{,}7$). O pressuposto para a análise de Alpha de Cronbach é de que os itens (variáveis) são paralelos, ou seja, as medidas têm *scores* verdadeiros e idênticos e erros não correlacionados têm variâncias homogêneas (HAIR Jr. *et al*, 2005).

Para checar a pertinência de cada variável no construto foi realizada a análise fatorial exploratória baseada no método de componentes

principais e na análise da matriz de correlações com rotação ortogonal dos fatores. Da matriz anti-imagem obtiveram-se as correlações parciais para checagem da adequação da análise fatorial à matriz de dados (*Measure of Sample Adequacy* – MSA > 0,5). No teste de comunidade observaram-se as variâncias explicadas de cada variável pelos fatores retidos, tendo sido excluídas aquelas com explicação menor que 50%.

3.4 TESTE DAS HIPÓTESES

Dadas as características da pesquisa, optou-se pela análise das hipóteses em um sistema escalonando entre valores mínimo e máximo (termômetro), utilizando-se do escore médio de cada construto. O escore médio do construto decorre da equação a seguir:

$$EC_j = \left(\sum_{i=1}^{n_j} \frac{v_{ij}}{r_{ij}} \right)^{-n_j} \qquad (1)$$

Onde:

EC_j : escore médio do construto *j*;

v_i : variável *i* do construto *j*;

r_{ij} : número de respondentes da variável *i* do construto *j*;

n_j : número de variáveis do construto *j*

Assim, os valores mínimo e máximo possíveis em cada construto são 1 e 5. Do modelo deduz-se o escalonamento dos construtos conforme demonstrado na Figura 1.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

Observou-se que os gestores da amostra têm idade entre 22 e 58 anos; a experiência dos gestores varia entre 1 e 36 anos e a escolaridade varia entre primeiro grau e pós-graduação. A Tabela 1 mostra a frequência das informações fornecidas pelos respondentes sobre perfil.

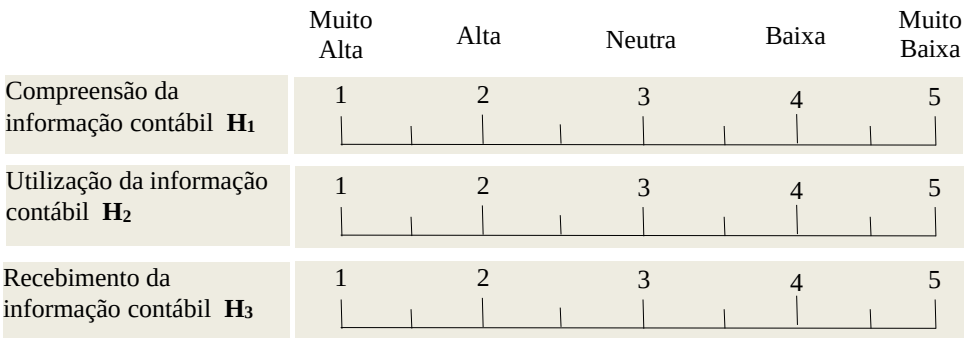

Figura 1 – Escala para os construtos.

Tabela 1 - Frequência de resposta das questões de perfil.

N.o de repondentes por Idade		N.o de respndentes por Tempo de Experiência		N.o de empresas por Tempo no mercado		N.o de respondentes por grau de escolaridade	
Entre 0 e 15 anos	0	Entre 0 e 15 anos	23	Entre 0 e 15 anos	36	1.o grau	4
Entre 16 e 30 anos	15	Entre 16 e 30 anos	16	Entre 16 e 30 anos	9	2.o grau	22
Entre 31 a 45 anos	21	Entre 31 a 45 anos	2	Entre 31 a 45 anos	1	3.o grau	19
Acima de 45 anos	12	Acima de 45 anos	0	Acima de 45 anos	1	Pós-graduação	4

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

Ainda na Tabela 1 é possível verificar que gestores com idade entre 31 e 45 anos são em maior número. A maioria dos gestores tem experiência de até 15 anos, assim como a maioria das empresas está em funcionamento em tempo não superior a 15 anos. Com relação à escolaridade percebe-se que metade dos gestores tem apenas o ensino médio enquanto a outra metade já possui curso superior.

Sobre os construtos de utilização e relacionamento, a frequência de resposta entre concordo totalmente, representado pela nota 1 até discordo totalmente representado pela nota 5, estão apresentados na Tabela 2.

Com relação às questões que verificam utilização percebe-se que a maioria dos respondentes menciona fazer uso da informação em seu processo decisório, porém, quando questionados sobre o recebimento de relatórios tem-se que parte considerável dos gestores alega não receber informações consideradas necessárias ou úteis oriundos da contabilidade.

4.2 ANÁLISE QUALITATIVA DA SEMÂNTICA

A contabilidade é uma linguagem, a linguagem dos fatos econômicos, contemplando toda a dificuldade da semiótica e da teoria da comunicação em sua estrutura. Os profissionais da área de negócios devem compreender os termos empregados nas atividades empresariais e na valorização dos eventos econômicos. Este é um dos requisitos necessários para o exercício da função gerencial ou econômico/financeira, mas o que se percebe é que muitos termos geram diferentes interpretações por aqueles que utilizam essas informações. (OLIVER, 1974).

Sobre o entendimento das informações pertencentes aos relatórios econômico-financeiros, a frequência de respostas está demonstrada na Tabela 3.

Tabela 2 - Frequência de respostas sobre construtos de Utilização da Informação e Relacionamento.

Nota	Decisões de Investimento	Custo da Mercadoria Vendida	Formação do Preço de Venda	Indicadores	Relatórios recebidos	Relatórios úteis	Informações são explicadas	Informações X honorários
1	18	16	31	23	12	16	16	22
2	27	12	9	13	11	11	13	8
3	3	9	0	7	8	2	5	7
4	1	4	5	4	4	7	4	5
5	1	9	5	3	14	13	12	7

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

Tabela 3 - Frequência de respostas sobre questões de compreensibilidade.

Nota	Lucro contábil	Balanço Patrimonial	Receita Contábil	Despesa Contábil	Custos
1	9	7	10	9	14
2	12	8	6	8	8
3					
4	10	16	4	12	13
5	17	17	28	19	13

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

Com relação ao construto da compreensibilidade percebe-se que a maior dificuldade do usuário da informação está nos termos de Receita e Despesa Contábil, enquanto que a terminologia do custo é que apresenta menor dificuldade de compreensão. As expressões Lucro Contábil e Balanço Patrimonial demonstraram níveis semelhantes de entendimento.

Em uma análise qualitativa das respostas, percebe-se que alguns usuários não têm a menor ideia do significado da expressão contábil, como por exemplo, quando questionados sobre Lucro Contábil, respostas como estas foram obtidas: "*É conhecer e entender a forma contábil e extrair de forma correta os benefícios fiscais*"; "*Satisfatório*"; "*A renda mensal*"; "*É a sustentabilidade da empresa*"; "*É a realidade da empresa*"; "*Quando a empresa está ligada diariamente com o contador, trabalhando para o*

bem estar da empresa"; "*A diferença entre o Ativo e Passivo*"; "*Uma função administrativa, que tem como função controlar e prestar informações sobre o patrimônio e apurar os resultados de uma empresa*"; "*É a soma de todas as despesas*". "*Um determinado valor que contabilizamos fora o valor pago pelas mercadorias*". Como é possível observar, existem sérias distorções por parte dos usuários sobre o significado da expressão questionada. Porém, alguns respondentes demonstraram grande domínio ao apresentarem respostas como: "*São as receitas da empresa, deduzidos os custos e as despesas*"; "*É o lucro registrado pela empresa durante um exercício, já descontado todos os custos e despesas nesse mesmo período*". Outro fator observável é a confusão entre lucro e fluxo de caixa, como verificado em algumas respostas: "*É o total das receitas recebidas menos o total das despesas"; É o resultado do capital de giro da empresa*"*; "É o montante da receita disponível após o cumprimento das despesas"; "Diferença, quando positiva, entre o somatório das entradas, comparado com o somatório das saídas*".

A Receita Contábil foi o termo com maior índice de erro encontrado nas respostas apresentadas. Dentre estas, encontram-se: "É o lucro produzido na empresa, vendas bem sucedidas que geram receitas"; "É o que se tem para receber"; Tudo que entra dentro da contabilidade como auditoria, balanço, balancete etc"; "Normal"; "É a tributação"; "A movimentação da empresa: compra e venda"; "A parte de terceiros que nós pagamos para o governo"; "É a apuração de um resultado onde a receita precisa ser maior que a despesa para comprovar que a empresa teve lucro"; "Opinião do contador sobre lucros e despesas da empresa"; "É tudo que compramos entrada e saída de produtos, pagamentos etc". Da mesma forma são encontradas algumas respostas coerentes, porém em frequência muito menor: "É o valor obtido pela venda, aluguel ou prestação de serviço, reconhecidos no ato de sua transação, independente de seu recebimento". Também há confusões com o regime de caixa: "São as entradas de valor monetário"; "É a soma de toda entrada financeira em um determinado período".

Nesse sentido percebe-se que o conteúdo apresentado por Oliver (1974), mesmo tendo se passado mais de 30 anos, continua em vigor, uma vez que os usuários da informação apresentam séria dificuldade de compreensão da informação existente dentro do relatório contábil, principalmente quando o usuário é de micro ou pequena empresa e com baixo nível de escolaridade.

4.3 TESTES DE HIPÓTESES

Após realizar a análise fatorial exploratória observou-se baixa comunalidade para duas variáveis, sendo uma de construto 2 e outra do construto 3. Após exclusão dessas variáveis observou-se melhora considerável na confiabilidade de ambos os construtos. Os alfas obtidos foram 0,76, 0,77 e 0,88 para os construtos 1, 2 e 3 respectivamente. O teste de KMO e de esferecidade de Bartlett comprovaram a adequação da amostra ao nível de significância $p < 0{,}001$.

Observa-se, na Tabela 4, que a comunalidade da receita contábil foi menor que 0,5 e, de acordo com o proposto na metodologia, foi excluída.

Na matriz dos componentes rotacionados extraídos pelo método de Análise dos Componentes Principais, com rotação ortogonal varimax, observou-se que as variáveis foram confirmadas em seus construtos conforme proposto *a priori* (Tabela 5). A variância total explicada pelos fatores retidos foi de 63%.

Tabela 4 - Comunalidade das Variáveis.

Variável	Comunalidade
Lucro Contábil	,543
Balanço Patrimonial	,583
Despesa Contábil	,575
Custo	,568
Receita Contábil	,347
CMV	,698
Preço de Venda	,683
Indicadores	,646
Relatórios recebidos	,842
Relatórios úteis	,810
Situação da empresa	,748
Informação x honorários	,545
Investimento	,541

Fonte: Saída SPSS (Dados da pesquisa)

Tabela 5 - Matriz de componentes rotacionados.

Variáveis	Componentes		
	1	2	3
Lucro Contábil		,666	
Balanço Patrimonial		,748	
Despesa Contábil		,725	
Custo		,716	
Investimento			,690
CMV			,775
Preço de Venda			,825
Indicadores			,641
Relatórios recebidos	,913		
Relatórios úteis	,895		
Situação da empresa	,860		
Informação x honorários	,732		

Fonte: Saída SPSS (dados da pesquisa).

Dessa forma, os escores médios finais dos construtos foram construídos levando-se em conta todas as variáveis do construto 1, enquanto que os escores médios dos construtos 2 e 3 foram obtidos utilizando-se quatro variáveis em cada um. Nesse sentido, a estatística descritiva apresenta a média, mediana, moda e desvio padrão de cada construto, conforme apresentado na Tabela 6.

Com base nos dados obtidos na estatística descritiva, é possível posicionar os resultados de cada construto no termômetro que testa cada uma das hipóteses. Considerando a amostra da pesquisa e o desvio padrão, o erro amostral máximo obtido foi 0,1 da média de *ECj*, para determinação do intervalo de confiança com nível de 95%, o que não afeta a análise baseada nos escores.

Tabela 6 - Estatística descritiva dos construtos.

		Compreensão	Utilização	Relacionamento
N	Válido	240	200	197
	Faltantes	0	40	43
Média		3,4292	2,0650	2,6802
Mediana		4,0000	2,0000	2,0000
Moda		5,00	1,00	1,00
Desvio Padrão		1,61685	1,27629	1,58251

Fonte: Saída SPSS (dados da pesquisa).

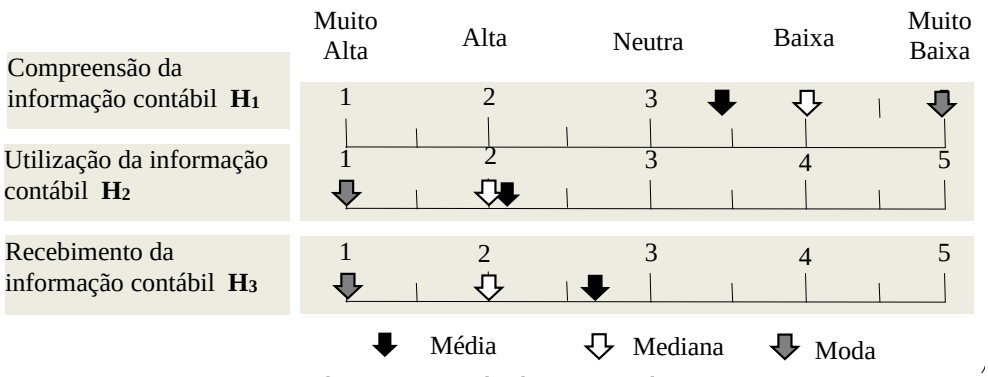

Figura 2 - Resultados na escala.

Os resultados encontrados para a Hipótese 1 demonstram que os gestores das micro e pequenas empresas tem baixa compreensibilidade da informação contábil, uma vez que a média, mediana e moda ficaram sempre posicionadas bem próximas da escala que indica baixa compreensão. Esse resultado vem ao encontro ao exposto por Hendriksen e Van Breda (2007, p. 93) que mencionam que uma das maiores dificuldades do usuário está centrada no entendimento da informação contábil, indicando que muitos termos, como estes que foram testados nessa pesquisa, não são entendidos pelos usuários.

Com relação à Hipótese 2, os resultados para o construto da utilização concentram-se na escala 2, que indica alta utilização da informação. Isso indica que os relatórios são utilizados dentro do limite da compreensão do usuário. Outro fator de merece destaque é que a frequência de respostas que mencionam que o usuário não

recebe a informação necessária é alta. Isso mostra que a utilização da informação para o processo decisório é alta porém limitado ao nível de compreensão do usuário e ao tipo de relatório disponibilizado.

A Hipótese 3 que testa o relacionamento entre gestores e contadores teve média posicionada entre escala neutra e alta, demonstrando que os gestores não recebem todas informações que consideram importante, porém não demonstram insatisfação com o relacionamento, uma vez que a mediana e a moda estão posicionadas na escala alta. Esse resultado é compatível com o estudo realizado por Fernandes, Klan e Figueiredo (2009) que concluiu que as informações contábeis gerenciais são consideradas importantes no processo decisório, mas os gestores consideram que há uma deficiência na disponibilização dessas informações.

A análise do Construto 1 foi aprofundada em virtude da teoria apresentada por Marion (1996) e Hendriksen e Van Breda (2007, p. 95). Marion (1996) afirma que a bibliografia existente na área contábil, em grande parte, está direcionada especificamente em ensinar o contador em "como fazer contabilidade". O não-contador (...) teria interesse distinto, ele estaria interessado em "como entender ou como interpretar a contabilidade". Hendriksen e Van Breda (2007) ratificam o pensamento de Marion (1996) quando mencionam que inteligibilidade e a compreensão da informação depende da natureza do usuário, onde a natureza é fator determinante a respeito do tipo de informação que deve ser divulgada. Na opinião dos autores, usuários mais sofisticados são beneficiados por terem mais facilidade de compreensão. Portanto, quase não existem livros ou materiais básicos, no Brasil, que norteiem o ensino da Contabilidade para "não-contadores". Diante do exposto, os autores da pesquisa optaram por testar se há diferença entre o grau de compreensibilidade de usuários mais sofisticados, que nesse estudo foram considerados aqueles com formação em nível superior e os usuários menos sofisticados, ora definidos como aqueles sem formação de nível superior.

A média dos escores de cada grupo foi submetida ao teste *t-student* para verificar se há diferença estatisticamente significativa entre os escores médios do grupo com nível superior e sem nível superior. O resultado do teste é apresentado nas Tabelas 7 e 8.

Tabela 7 - Médias para o construto 1 entre os gestores com maior e menor nível de escolaridade.

Escolaridade	N	Média	Desvio padrão	Erro Padrão da Média
Com Nível Superior	23	2,8261	1,29095	,26918
Sem Nível Superior	24	3,8167	1,14195	,23310

Fonte: Saída do SPSS (Dados da Pesquisa).

Tabela 8 - Teste t para o construto 1 entre os gestores com maior e menor nível de escolaridade.

Teste de Levene para Igualdade de Variâncias (S^2)			Teste *t* para Igualdade de Médias						
	F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Diferença Média	Erro Padrão da Diferença	Intervalo confiança 95%	
								Lower	Upper
S^2 iguais assumidas	**,782**	,381	-2,789	45	,008	-,99058	,35514	-1,70587	-,27529
S^2 iguais não assumidas			-2,782	43,805	,008	-,99058	,35608	-1,70831	-,27285

Fonte: Saída SPSS (dados da pesquisa).

A amostra foi classificada em dois grupos de acordo com o nível de formação de cada um. Foram obtidas 23 observações com gestores com nível superior e 24 observações com gestores sem nível superior, oferecendo grupos homogêneos para comparação. O teste *t* mostrou que existe diferença estatisticamente significativa entre os escores médios de cada grupo, isso significa que a escolaridade é fator determinante para compreensão da informação contábil, ratificando o posicionamento de Hendriksen e Van Breda (2007).

O mesmo teste foi feito levando em conta o tempo de experiência do gestor, testando se há diferença entre a compreensão da informação

entre gestores com mais e menos experiência. O teste revelou que a experiência não influencia na compreensibilidade. Ainda testou-se a idade dos gestores, verificando se haveria diferença na compreensão entre gestores com mais e menos idade, mas também não foi identificada diferença de médias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente a importância das micro e pequenas empresas no cenário nacional, principalmente com relação ao número de empregos gerados. Essas empresas representam uma fatia considerável da economia do país, pois influenciam na revitalização de economias locais, contribuindo na construção da flexibilidade das grandes empresas e complementando suas competências.

Outro aspecto observado é que independente do porte, ramo ou objetivos da empresa, ela necessita de informações para subsidiar o processo decisório, de modo com que sejam feitos os melhores investimentos e proporcionem os melhores retornos. Esse estudo teve como objetivo verificar aspectos relacionados à informação e ao gestor das micro e pequenas empresas, demonstrando se a informação é disponibilizada, compreendida e utilizada pelos administradores das MPEs. Para tanto, um questionário foi desenvolvido e aplicado em 50 MPEs na cidade de Guarapuava-PR, o qual versava sobre recebimento, compreensão e utilização da informação contábil no processo de gerenciamento da empresa.

O construto 1 que versa sobre Compreensão da Informação, apresentou média dos escores de 3,43 e mediana de 4, posicionando na escala que representa baixa compreensibilidade da informação, demonstrando que a hipótese 1 do artigo deve ser rejeitada, corroborando com a teoria apresentada por Hendriksen e Van Breda (2007) que relata que a compreensão dos termos contábeis é uma das maiores dificuldades dos gestores. Com relação ao construto da compreensibilidade percebe-se que a maior dificuldade do usuário da informação está nos termos de Receita e Despesa Contábil, enquanto que a terminologia do custo é que apresenta menor dificuldade de compreensão. As expressões Lucro Contábil e Balanço Patrimonial demonstraram níveis semelhantes de entendimento.

No construto 2 foi verificada a utilização da informação por parte dos gestores das micro e pequenas empresas. O escore médio desse construto foi de 2,06, com mediana e moda igual a 2. Os resultados indicam que a hipótese 2 de presente estudo pode ser aceita, uma vez que o todos resultados ficaram posicionados na escala que demonstra alta utilização da informação contábil. Com relação às questões que verificam utilização percebe-se que a maioria dos respondentes menciona fazer uso da informação em seu processo decisório, porém, quando questionados sobre o recebimento de relatórios tem-se que parte considerável dos gestores alega não receber informações consideradas necessárias ou úteis oriundos da contabilidade.

O relacionamento entre gestor e contador, tendo como variáveis, o recebimento e explicação da informação, dentre outras, compõe o terceiro construto da pesquisa. A hipótese 3 verifica se os gestores recebem assistência informacional da contabilidade. No termômetro usado na análise, o escore médio de 2,6 posiciona-se entre a escala neutra e alta, demonstrando que os contadores oferecem informação, mesmo que de forma pouco intensa. É muito provável que os relatórios fornecidos pela contabilidade sejam aqueles vinculados às exigências fiscais, explicando assim que mesmo com a baixa compreensibilidade identificada no construto 1, os gestores afirmar utilizar relatórios econômico-financeiros.

Isto posto, ao responder a questão de pesquisa que indaga sobre o recebimento, compreensão e utilização da informação, conclui-se que os gestores recebem parte das informações, não as compreendem, porém as usam como subsídio em seu processo decisório. Um fator relevante desse estudo é que os gestores utilizam a informação dentro do limite do seu entendimento e fazendo uso somente das informações que são disponibilizadas, que podem ser apenas relacionadas ao cumprimento das exigências

fiscais uma vez que grande parte dos termos não são compreendidos.

Ainda observou-se se o nível de formação do gestor poderia interferir na compreensibilidade da informação. Foi realizado um teste *t* de comparação de médias, confrontando os escores médios dos gestores com nível superior e sem nível superior, com intuito de verificar se haveria diferença estatisticamente significativa. Com α de 0,008 foi demonstrado que a formação é determinante na compreensão da informação, já que existe diferença entre o escore médio de cada grupo.

O presente estudo contribui com os usuários da informação vinculados as MPEs, demonstrando que os mesmos carecem de aperfeiçoamento no conhecimento que possuem acerca dos termos constantes nos relatórios econômico-financeiros. Oliver (1974) já havia identificado essa necessidade há algumas décadas e não se percebe muita evolução por partes dos usuários nesse sentido. Também se indica que esse estudo seja aprofundado no sentido de verificar quais são os relatórios recebidos pelas MPEs, objetivando-se verificar se os mesmos são gerenciais ou somente aqueles exigidos pelo fisco.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Charles Dias. **Análise das contribuições de políticas públicas direcionadas às Micro e pequenas empresas:** um estudo de caso na agência de desenvolvimento de São João de Boa Vista – SP. 2008. 264f. Dissertação (Mestrado em Administração das Organizações)-FEA, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BRASIL. Lei complementar 123 de 13 de Dezembro de 2006. Dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

COELHO NETO, Pedro. Manual de Procedimentos Contábeis para Micro e Pequenas Empresas. Brasília: CFC: SEBRAE, 2002.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração.** 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CPC 00. Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Pronunciamento Conceitual Básico (R1) Estrutura Conceitual Para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, de 02 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf>.

CPC PME. Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, de 04 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/392_CPC_PMEeGlossario_R1.pdf>.

CRITERIOS E CONCEITOS PARA A CLASSIFICAÇÃO DE EMPRESAS, SEBRAE. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas>. Acesso em: 20 jan. 2011.

DIAS FILHO, José Maria; NAKAGAWA, Masayuri. Análise do Processo da Comunicação Contábil: Uma Contribuição para a Solução de Problemas Semânticos, Utilizando Conceitos da Teoria da Comunicação. Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP, São Paulo, v.15, n. 26, p. 42 -57, maio/agosto 2001.

FAVERO, Hamilton Luiz et al. Contabilidade: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FERNANDES, Francisco Carlos; KLANN, Roberto Carlos; FIGUEREDO, Marcelo Salmeron. A utilidade da informação contábil para a tomada de decisões: uma pesquisa com gestores alunos. III Congresso IAAER-ANPCONT, São Paulo 2009, Anais. São Paulo, ANPCONT 2009.

FIGUEIREDO, Nathalia Gandolfi; MARTINELLI, Dante Pereira; Inovação e exportação em pequenas e médias empresas (PME): uma pesquisa em andamento. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26, Salvador, 2002. **Anais...** Salvador: EnANPAD, 2002.

IUDICIBUS Sergio de. *et al*. **Manual da Contabilidade das Sociedades por Ações**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. **GEM Brazil 2008 Report - Empreendedorismo no Brasil 2008**. Disponível em: < http://www. gemconsortium.org/>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2011.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. GEM Brazil 2013 Report - Empreendedorismo no Brasil 2013. Disponível em: <http://www. ibqp.org.br/upload/tiny_mce/GEM_2013_-_Livro_Empreendedorismo_no_Brasil.pdf/>. Acesso em: 20 out. 2014.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAIR, Joseph F. et al. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HENDRIKSEN, Eldon S. **Teoria da Contabilidade**. Eldon S. Hendriksen, Michael F. Van Breda; tradução de Antonio Zoratto Sanvicente – 1 ed – 6 reimp – São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, E. M. **Sociologia da Administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

MAGALHÃES, Antonio de Deus F. LUNKES, Irtes Cristina. **Sistemas Contábeis**: O valor informacional da Contabilidade nas organizações. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, José Carlos. **O ensino da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1996.

MOSCOVE, Stephen A. SIMKIM, Mark G. BAGRANOFF, Nancy A. **Sistemas de Informações Contábeis**. São Paulo. Atlas. 2002.

OLIVER, B L. The semantic differential: a device for measuring the interprofessional communication of selected accounting concepts. **Journal of Accounting Research***,* Autumn, p. 299-316, 1974.

PENROSE, E. **Teoria do crescimento da firma**. Campinas: Unicamp, 2006.

PERIN JUNIOR, Ecio. A linguagem no Direito: análise semântica, sintática e pragmática da linguagem jurídica. Jus Navigandi, Teresina, ano 5, n. 40, 1 mar. 2000. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/50>. Acesso em: 22 fev. 2011.

RAIFUR, Léo. et al. Objetivos e Usuários em Contabilidade: a informação contábil e a sofisticação do usuário na tomada de decisão. In: SEGET – V Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. **Anais…** Resende: SEGET, Out/2008.

RAIS/MTE, Classificação das empresas. Disponível em: <http://mte.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2011.

RESNIK, Paul. **A Bíblia da pequena empresa**: como iniciar com segurança sua pequena empresa e ser bem sucedido. Tradução de Maria Claudia Oliveira Santos; Revisão Técnica Heitor José Pereira. São Paulo. Mc Graw-Hill: Makron Books, 1990.

RIBEIRO FILHO, José F.; LOPES, Jorge E. G.; PEDERNEIRAS, Marcleide. **Estudando teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Leonardo Lemos da Silveira; ALVES, Ricardo César; ALMEIDA, Kenneth Nunes Tavares de. Formação de estratégia nas micro e pequenas empresas: um estudo no centro-oeste mineiro. **Revista Administração de Empresas** – RAE, São Paulo, v. 47, n. 1, jan./mar. 2007.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Analise do CAGED. Brasília/DF, set., 2014. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/CAGED_Set_2014.pdf>. Acesso em: 21 out. 2014.

SILVA, Ângelo Alves da. Gestão Financeira: Um estudo acerca da contribuição da Contabilidade na gestão do capital de giro das medias e grandes industrias de confecções do Estado do Paraná. Dissertação de Mestrado – FEA USP .

Programa de Mestrado em Controladoria e Contabilidade. 183 p. São Paulo. 2002.

SILVA, Anielson. Barbosa; PEREIRA, Andreia Aparecida. Fatores de influência na gestão das empresas de pequeno e médio porte da Grande Florianópolis/SC. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28., Curitiba, 2004. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004.

SOUTES, Olesczuk Dione: **Uma investigação do uso de artefatos da contabilidade gerencial por empresas brasileiras**. 2006. 116f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)-FEA, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

STAIR, R. M. **Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1998.

Endereço dos Autores:

Rua Marechal Candido Rondon, 72
Centro
Prudentópolis – Paraná – Brasil
84400-000